

A QUALIFICAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA – OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Rosiney Domingas de Araújo¹
Letícia Aparecida Ribeiro da Silva Moraes²
Cheila Fátima Menezes³
Gleyvison Nunes dos Santos⁴

RESUMO

O professor é elemento fundamental para o sucesso da educação inclusiva, isto porque ele tem contato direto com os alunos, com suas especificidades e particularidades e, por isto, precisa preocupar-se com sua qualificação para o desenvolvimento da educação inclusiva. O interesse por esse tema surgiu diante da observação do cotidiano de muitas instituições de ensino, onde fica nítido que nem todos os professores tem qualificação para lidar com o público-alvo da inclusão e isto acaba gerando prejuízos e barreiras para o sucesso dessa educação. Assim, a proposta da pesquisa é discutir a importância da qualificação docente para a educação inclusiva. Para isto, utiliza-se como recurso metodológico a revisão bibliográfica, baseada em autores como Mantoan (2006), Pereira (2023), Carvalho (2015), dentre outros autores. Após a realização das discussões ficou claro que o professor qualificado tem maiores possibilidades de auxiliar na efetivação da inclusão, pois conhecer as particularidades e necessidades de cada aluno, consegue motivá-los, interagir com as famílias, desenvolver metodologias e propostas pedagógicas mais eficientes e assim, conseguir melhores resultados na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Professor. Formação. Escola. Qualificação docente.

ABSTRACT

The teacher is a fundamental element for the success of inclusive education, because he has direct contact with students, with their specificities and particularities

¹ Mestre em Ciências da Educação (FICSAParaguay-2021); Graduada em Pedagogia (UFG-Catalão-1994); Graduada em Matemática (UEG-2005); Especialista na área da Educação (UNICLAR-SP-1999); Professora Efetiva (Pires do Rio/Go.); rosineydomingas@hotmail.com

² Mestre em Ciências da Educação (FICSAParaguay-2021); Graduada em Pedagogia (CESUC-Catalão 2000); Graduada em Matemática (UEG-2007); Especialista em Psicopedagogia (Universidade Cândido Mendes - 2005); Especialista em Coordenação Pedagógica (UFG - 2013); Professora efetiva (municipal e estadual) Pires do Rio; leticia.pdr@hotmail.com

³ Mestre em Ciências da Educação (FICSAParaguay-2021); Graduada em Pedagogia (UEG-Pires do Rio-2005); Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica (UGF-DF-2009); Professora Efetiva (Pires do Rio/Go.); cheilamenezes55@gmail.com

⁴ Professor Doutor Gleyvison Nunes dos Santos; gleyvison.nunes@gmail.com

and, therefore, needs to be concerned with their qualifications for the development of inclusive education. The interest in this topic arose after observing the daily life of many educational institutions, where it is clear that not all teachers are qualified to deal with the target audience for inclusion and this ends up generating losses and barriers to the success of this education. Thus, the research proposal is to discuss the importance of teacher qualifications for inclusive education. For this, a bibliographic review is used as a methodological resource, based on authors such as Mantoan (2006), Pereira (2023), Carvalho (2015), among other authors. After carrying out the discussions, it became clear that the qualified teacher has greater possibilities of helping to achieve inclusion, as knowing the particularities and needs of each student is able to motivate them, interact with families, develop more efficient methodologies and pedagogical proposals and so on. , achieving better results in student learning and development.

Keywords: Inclusive Education. Teacher. Training. School. Teaching qualification.

RESUMEM

El docente es un elemento fundamental para el éxito de la educación inclusiva, porque tiene contacto directo con los estudiantes, con sus especificidades y particularidades y, por tanto, debe preocuparse por sus calificaciones para el desarrollo de la educación inclusiva. El interés por este tema surgió luego de observar el día a día de muchas instituciones educativas, donde se evidencia que no todos los docentes están capacitados para atender al público objetivo de inclusión y esto termina generando pérdidas y barreras para el éxito de esta educación. Así, la propuesta de investigación es discutir la importancia de la cualificación docente para la educación inclusiva. Para ello, se utiliza como recurso metodológico una revisión bibliográfica, basada en autores como Mantoan (2006), Pereira (2023), Carvalho (2015), entre otros autores. Luego de las discusiones, quedó claro que el docente calificado tiene mayores posibilidades de ayudar a lograr la inclusión, ya que conocer las particularidades y necesidades de cada estudiante es capaz de motivarlos, interactuar con las familias, desarrollar metodologías y propuestas pedagógicas más eficientes, etc. on., logrando mejores resultados en el aprendizaje y desarrollo de los estudiantes.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Maestro. Capacitación. Escuela. Titulación docente.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema de muitos debates e discussões, isto porque, claramente, ela é uma necessidade social, visto que são milhões de pessoas em todo o mundo que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial e que precisam de um modelo de ensino baseado em suas particularidades e que é diferente daquele oferecido para os demais alunos das instituições regulares

(SOUZA e SILVA, 2005). Entre essas constantes discussões está a formação docente, isto porque quando surgiu a proposta da educação inclusiva, nem todos os profissionais que estavam na escola possuíam conhecimentos e habilidades necessárias para colocar em prática a inclusão.

A formação e qualificação docente tornou-se um alvo de pesquisas e discussões diante do fato de que a educação inclusiva necessita de profissionais qualificados, mas as instituições de ensino, nem sempre apresentam essa qualificação profissional para colocar em prática a inclusão e os resultados desse processo acaba sendo deficiente e a inclusão não se efetiva como deveria. Carvalho (2015, p.09) considera que “o professor deve ser preparado adequadamente por meio de processo permanente de desenvolvimento profissional, envolvendo formação inicial e continuada baseada em princípios e leis” e assim será possível contemplar as necessidades de alunos com necessidades educacionais especiais.

Diante de tal contexto, a observação do cotidiano das instituições de ensino regulares que abriram suas portas a educação inclusiva deu origem ao interesse por essa pesquisa, isto porque muitos profissionais já qualificaram-se para trabalhar com alunos público-alvo da educação inclusiva, vários outros, porém, ainda encontram muitas dificuldades nesse processo, tornando-se totalmente dependentes do professor de apoio no trabalho com esses alunos e não promovendo uma real inclusão dos mesmos dentro das atividades.

Objetiva-se, assim, discutir a importância da qualificação docente para a educação inclusiva, uma pesquisa que se mostra necessária, uma vez que direta ou indiretamente, todos somos responsáveis por criar uma sociedade mais justa e igualitária e no caso da escola, a inclusão acontece não apenas quando as instituições de ensino regular abrem suas portas aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas, também e principalmente, quando se preocupam com suas particularidades e ofertar a eles uma educação de real qualidade.

2 MÉTODOS

A pesquisa é, inicialmente de caráter bibliográfico. De acordo Boccato (2006, p. 266) a pesquisa bibliográfica utilizando as discussões já realizadas por diferentes autores busca-se atingir o objetivo proposto nessa pesquisa, evidenciando o que é a

inclusão escolar e como a qualificação docente é elemento essencial para o alcance de seus objetivos. Assim, foi possível entrar em contato com conceitos e discussões em torno do tema proposto para a pesquisa, compreendendo de forma mais ampliada a importância da qualificação docente para a educação inclusiva.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Historicamente, pessoas que apresentavam deficiências ou que eram consideradas como diferentes foram excluídas e segregadas da sociedade e em diferentes povos, houve o hábito de exterminá-las e considerá-las como um castigo. Foram necessários séculos e uma ampla mudança na mentalidade social para que as pessoas com deficiência pudessem ser vistas de uma maneira diferenciada, ganhando espaço social, direitos e uma educação destinada às suas necessidades e especificidades.

3.1 A História das Pessoas com Deficiência

Compreender a educação inclusiva e suas características na atualidade exige analisar a história das pessoas com deficiência e como ela modificou-se ao longo do tempo. De acordo com Rodrigues e Lima (2017), na antiguidade, os diferentes povos tinham diferentes concepções sobre a deficiência. Gregos e romanos, por exemplo, valorizavam seus cidadãos a partir do que ofereciam a sociedade, e a pessoa deficiente era exterminada ou abandonada. Desde esse período, possui uma deficiência gerava exclusão, pois o indivíduo era considerado como alguém incapaz e improdutivo.

Aranha (2005) afirma que com o passar do tempo, as referências em torno das pessoas com deficiência modificaram-se e foram surgindo nomenclaturas como pessoas com deficiência, retardado, excepcional, pessoas com necessidades educacionais especiais, indivíduo especial, entre outros termos. Segundo Pan (2008, p.28) “as diferentes formas de nomear podem apenas representar o esconderijo de velhas arapucas e maquiagem valores sociais contraditórios e a encobrir as tensões geradoras de novas formas veladas de exclusão”.

Na Idade Média, era comum que os povos europeus associassem a deficiência a uma imagem demoníaca e a atos de feitiçaria, gerando perseguição e morte sobre essas pessoas. Para Ferreira (2004, p.66) havia diferentes opiniões sobre essas pessoas, “uma seria a marca da punição divina, a expiação dos pecados; outra dizia respeito a expressão do poder sobrenatural, ou seja o acesso as verdades inatingíveis para a maioria”. Com o surgimento do clero, porém, e fortalecimento da igreja e do Cristianismo, as práticas de extermínio foram sendo abandonadas e as pessoas com deficiência passaram a ser alvo da caridade.

Com o surgimento e fortalecimento do capitalismo, a deficiência passou a ser tratada, de acordo com Aranha (2005) como uma questão orgânica, natural e que poderia ser tratado a partir da alquimia, magia e da astrologia, métodos da medicina em seus primeiros passos. No século XVII a tese da organicidade fez com que a deficiência fosse tratada a partir da estimulação, e mesmo que de forma ainda lenta, iniciaram-se ações direcionadas ao ensino, a partir do século XVIII (ARANHA, 2005).

O processo de segregação marcou o século XVII, pois as pessoas com deficiência passaram a ser internadas em orfanatos, manicômios, prisões, excluindo-as do convívio social. Essa situação só se modificou com a criação de diferentes legislações por todo o mundo e a necessidade de respeito à diferença (BERGAMO, 2010). Foi, porém, a partir da Segunda Guerra Mundial e com o surgimento de um grande número de pessoas com deficiência que a preocupação com esses indivíduos se tornou alvo de maior atenção. Tanhan (2012) cita que os direitos das pessoas com deficiência passaram a ser alvo de maior reivindicação. Deste período aos dias atuais surgiram leis, instituições e processos educacionais destinados, exclusivamente, a esse público.

3.2 As Fases da Educação para Pessoas com Deficiência

A falta de valorização da sociedade em torno da pessoa com deficiência fez com que seu processo educacional fosse deficiente ao longo de sua história. Segundo Ferreira (2004), foi após o século XVI que se iniciou um atendimento diferenciado as pessoas com necessidades educacionais especiais no mundo ocidental. Sobre tal momento, Corcini e Casagrande (2017, p.06) afirmam que:

No século XVII e meados do século XIX, inicia-se a chamada fase de institucionalização, onde as pessoas deficientes eram segregados e protegidos em instituições residenciais. Logo no início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas, visando oferecer ao deficiente uma educação diferenciada.

Durante o século XVI, vários profissionais, entre eles médicos e pedagogos iniciaram uma maior preocupação com a educação de pessoas com deficiência, isto porque eles viviam em total descaso em todo o país, sendo atendidos apenas pelo assistencialismo em asilos e manicômios. Surgiu nesse período, também o primeiro hospital psiquiátrico, que confinava as pessoas que apresentavam deficiências. Esse ficou conhecido como o paradigma da institucionalização.

Essa visão sobre as pessoas com deficiência durou até por volta do século XVIII e XIX, mas foi no século XX que muitos debates começaram a ser travados em torno dos direitos das pessoas com deficiência. A institucionalização foi questionada e fortaleceu-se a luta pelo reconhecimento dos direitos dos deficientes, dando origem ao paradigma dos serviços, cuja principal ideia é a da integração. De um local de confinamento as instituições passaram a buscar o preparo da pessoa com deficiência para conviver em sociedade, para ser o mais autossuficiente possível, preparando-o também para trabalhar (BUENO, 1999).

Na década de 1970 se iniciou o movimento de inclusão, buscando integrar as pessoas com deficiência na sociedade, principalmente nos espaços escolares. Santos e Aureliano (2012) consideram que nesse período não havia nesse período leis que obrigassem as instituições de ensino regular a receberem indivíduos com deficiência, mesmo que estes apresentassem, claramente a capacidade de aprender normalmente, como qualquer outra pessoa. A inclusão é conhecida como “terceiro paradigma” conhecida também como o paradigma do suporte.

Segundo Romero e Souza (2008) atualmente fala-se em um quarto paradigma, conhecido como “empowerment”, ainda não traduzido para o português, porque estaria longe da realidade do país. Tal paradigma tem como objetivo dar maior poder de decisão e de determinação as pessoas que possuem deficiência, fazendo com que sejam mais autônomas e possam, sozinhas, tomar decisões sobre sua própria vida.

3.3 A Educação Inclusiva no Brasil

No caso brasileiro, especificamente, a educação destinada a pessoas com deficiência também foi marcada por segregação e preconceito. Durante o período colonial, as pessoas com deficiência não tinham nenhum tipo de atenção do poder público e eram alvo do assistencialismo de pessoas e instituições (CORCINI e CASAGRANDE, 2017). Um dos principais marcos da história da educação para pessoas com deficiência no Brasil foi a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant e o Instituto dos Meninos Surdo-Mudos, em 1857. Foi, porém, apenas no início do século XX que se fortaleceu a preocupação com o atendimento educacional a pessoas com deficiência, porém, nesse momento, a preocupação médica era maior que a pedagógica.

Um dos destaques nesse processo histórico é a promulgação da Lei nº. 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde faz-se referência ao direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou que tivesse superdotação. Foi um período em que a educação especial foi ampliada dentro de diferentes tipos de instituições especializadas e muitas delas surgiram porque o poder público não demonstrava nenhum tipo de preocupação com as pessoas com deficiência. Sobre isto, Romero (2006, p.21) assevera:

[...] as iniciativas privadas configuraram-se nesse período como a própria expressão do atendimento implantado. Embora o modelo institucionalizado possa ser considerado segregacionista, pois mantinha as pessoas com deficiências distantes dos espaços regulares de ensino, é preciso levar em conta que esse modelo, em certa medida, propunha-se a responder às necessidades educacionais específicas dos diferentes tipos de deficiência. Por outro lado, cumpre considerar também que a existência dessas instituições contribuiu em grande medida para que o poder público tenha se isentado desse compromisso no sentido de inviabilizar ou até mesmo dificultar o ingresso e a permanência das pessoas com deficiências na escola regular.

Em 1964 surgiu a primeira unidade assistencial da APAE, o Centro Ocupacional Helena Antipoff, tendo como objetivo oferecer a adolescentes deficientes mentais do sexo feminino habilitação profissional. Outra instituição irá se

destacar no processo de prestação de assistência a deficientes mentais e formação pessoal técnico especializado, o Centro de Habilitação de Excepcionais inaugurado em maio de 1971 em São Paulo (MAZZOTTA. 2005).

Corcini e Casagrande (2017, p.09) afirmam que após a criação das instituições de educação especial, se iniciou a preocupação com a formação docente e “no final da década de setenta, são implantados os primeiros cursos de formação de professores na área de educação especial ao nível do terceiro grau e os primeiros programas de pós-graduação a se dedicarem à área de educação especial”.

Em 1988 o destaque é para a promulgação da Constituição de 1988, que no art. 3º, inciso 5º definiu a obrigação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e outros artigos definem o direito de que todas as pessoas possam frequentar a escola regular. No art. 205 é estabelecido que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 56).

A Constituição também apresentou a preocupação com a necessidade de que o aluno incluído permanecesse na instituição de ensino e para isto, era preciso investir em infraestrutura física e pedagógica, para que eles tivessem acesso a uma educação de qualidade e no caso dos alunos com deficiência de receber também um atendimento especializado, de acordo com suas particularidades.

No ano de 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos e em 1994, Declaração de Salamanca passou a ser considerada como um importante marco na definição de políticas públicas para a inclusão. Anos depois, em 1999, a Convenção de Guatemala foi responsável pela regulamentação do decreto de nº 3.956/2001 que considerava a educação especial, agindo diante daquelas barreiras que dificultavam que os indivíduos com deficiência tivessem acesso a escola (AMARAL, 2014).

Em 1996 foi promulgada uma nova versão da LDB, a nº 9.394/96 onde afirma-se:

Priorizar esta nova visão educacional, principalmente, com a prescrição do artigo 59 que afiança aos educandos com necessidades especiais a adaptação curricular, metodológica e organizacional da escola permitindo

também a terminalidade e a aceleração de acordo com as necessidades de cada pessoa. Os artigos 24, inciso V e o art.37, parágrafo primeiro da LDB evidenciam de que maneira a educação básica deve-se organizar: oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (AMARAL, 2014, p.05).

Em 2001 foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) apud (BRASIL, 2007, p. 03) que afirma que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. É um documento que reafirma a importância e a necessidade de formação e qualificação docente para o sucesso da educação inclusiva. No ano de 2007 surgiu o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), documento amparado no Decreto n.6.094 de 2007 e que se baseia em eixos norteadores como formação docente, acessibilidade arquitetônica, implantação de salas de recursos multifuncionais e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

O professor é considerado como peça fundamental no sucesso da educação inclusiva, já que ele tem contato direto com os alunos, famílias, recursos didáticos, espaços etc. e é responsável pelo planejamento e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Sua qualificação é imprescindível para que a educação inclusiva alcance bons resultados. De acordo com Mantoan (2006), vários são os profissionais que encontram dificuldades em lidar com o aluno com deficiência, e isto ocorre porque não tiveram contato com essa questão em seu processo de formação, fazendo com que surjam barreiras e dificuldades na efetivação da inclusão.

Mittler (2003) afirma que a inclusão de alunos com deficiência no espaço da escola regular gerou inquietação entre vários profissionais, pois se viram diante de um público sem possuir conhecimentos necessários que os habilitasse a lidar com as limitações e particularidades apresentadas pelos alunos público-alvo da inclusão. Ainda segundo o autor, a maioria dos professores já possui os conhecimentos e habilidades necessários à educação inclusiva, “o que lhes falta, muitas vezes, é a confiança em sua própria habilidade” (MITTLER, 2003, p.181). é importante destacar que, mais do que formação, o professor precisa ter um ambiente de trabalho que lhe

dê condições de atuar com qualidade, onde possa vencer as barreiras impostas pelas deficiências dos alunos.

Segundo Bueno (1999) a educação inclusiva apresenta vários desafios para a formação docente: a formação teórica sólida que possibilite ao professor ter acesso aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que devem ser utilizados junto aos alunos público-alvo da inclusão; formação para atender as diversidades existentes dentro dos alunos, já que existem diferentes deficiências e cada uma delas traz exigências diferenciadas sobre o processo de ensino-aprendizagem; e uma formação específica sobre os procedimentos pedagógicos utilizados em cada tipo de deficiência.

Pereira (2023) considera que analisando todo o percurso histórico que envolve a educação inclusiva, é preciso enfatizar que, além de aprovar leis, criar projetos e diretrizes curriculares, é preciso que a formação docente seja pensada, já que é indispensável ao sucesso da educação inclusiva. O autor afirma a necessidade de que o professor seja alguém capaz de abranger em suas práticas educativas todas as necessidades apresentadas pelos alunos, fazendo uma leitura crítica da realidade.

Carvalho (2015) considera que tanto os cursos de formação inicial quanto continuada precisam ser revistos, tratando mais profundamente das particularidades da educação inclusiva e garantindo que o professor chegue em sala de aula mais consciente e habilitado para o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. Os processos de formação docente precisam ensiná-los a lidar com as diversidades, a produzir atendimento educacional especializado e assim, atender as especificidades dos alunos.

Pletsch (2009, p.49) argumenta que é importante que os professores sejam formados “[...] de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática”, isto quer dizer que essa formação deve basear-se na realidade social, nas diversidades e particularidades de cada aluno, levando em consideração que ele possui certas necessidades que os diferenciam dos demais, mas que também possui potencialidades que precisam ser estimuladas.

A formação docente, de acordo com Pereira (2023) é fundamental para dar origem a uma escola, verdadeiramente inclusiva, já que a instituição e seus profissionais precisam responder as particularidades e as dificuldades de todos os

alunos, aos diferentes estilos de aprendizagem e deve buscar qualidade no ensino para todos eles, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um. Assim, essa formação é importante pois, segundo Coll (et al 2004, p.44) é “o modo mais seguro de melhorar as atitudes e as expectativas dos professores é desenvolver seu conhecimento da diversidade dos alunos e suas habilidades para ensinar-lhes”, ou seja, é preciso que o professor tenha acesso a inclusão já em sua formação inicial, para que consiga se preparar para esse desafio quando se tornar regente de uma sala de aula.

Pereira (2023, p.15) considera que “é necessário um investimento formativo ainda nos cursos de licenciatura como estratégia inicial para formar docentes qualificados para atender as demandas dos educandos com deficiência” e ainda cita que há uma grande deficiência nos cursos de formação hoje existentes quando se fala em educação inclusiva. Muitos cursos oferecem apenas a teoria e nenhuma ligação com a prática pedagógica, e por isto as deficiências na capacitação desse profissional para trabalhar com as diversidades existentes entre os alunos. O professor precisa refletir sobre sua prática, investindo em sua formação, tornando-se um pesquisador e assim, estar em constante busca por aprimoramento do ensino e isto só poderá ser feito se ele compreende o que é a inclusão e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem.

Ainda de acordo com Pereira (2023) é evidente que muitos são os profissionais que não possuem qualificação para atuar na educação inclusiva, o que se agrava nas instituições que não oferecem o professor de apoio e onde os coordenadores pedagógicos também têm deficiência em sua qualificação. Para o autor, essa realidade não é distante de todo o cenário educacional brasileiro, onde vários são os professores que mesmo com um grande período de atuação na área, não conseguem lidar com a inclusão e as especificidades trazidas por esse público. Por isto, Carvalho (2015) considera que o professor precisa ter preparo adequado, em um processo de permanente desenvolvimento profissionais, o que o possibilita atender as necessidades apresentadas pelos alunos.

É fundamental que seja realizada uma atualização e uma reestruturação das atuais condições existentes nas escolas, preocupando-se não apenas com a infraestrutura física e material das instituições, mas com a qualificação dos profissionais responsáveis por colocar em prática os objetivos da inclusão, pois mais do que estar na escola regular, os alunos público-alvo da inclusão precisam ter um

processo de ensino-aprendizagem que seja estimulador, respeitador de suas limitações, que aguçe suas potencialidades e que os permita maior aprendizagem, desenvolvimento e exercício de sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas nesta pesquisa deixaram claro que o professor é elemento fundamental no sucesso da educação inclusiva, pois ele precisa apresentar o preparo necessário para desenvolver um processo de ensino-aprendizagem que respeite as particularidades e necessidades dos alunos, estimulando suas potencialidades e auxiliando-os a vencer as dificuldades que advém de tipos diferenciados de deficiência ou transtornos. Seja na formação inicial ou na continuada, o professor precisa estar em constante busca de conhecimentos, conhecer os diferentes tipos de quadros apresentados pelos alunos, como eles implicam em sua aprendizagem e desenvolvimento, saber aplicar diferentes tipos de estratégias de ensino, promover a interação entre os alunos e assim, aos poucos, conseguir vencer as várias barreiras que existem na educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marciliana Baptista et al. **Um olhar para as escolas em Juiz de Fora. 2014.** Disponível em <<http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk5.pdf>>. Acesso em 14 de nov. 2023.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.** Brasília: 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em 11 de nov. 2023.

BERGAMO, Regiane Banzzatto. **Educação Especial - Pesquisa e prática.** Curitiba, Ibpex, 2010.

BRASIL. Constituição **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial para a Educação Básica.** 2001.

_____. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislações>. Acesso em 12 de nov. 2023.

_____. LDB nº 9394, de 20 dez. 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília, DF: Ministério da educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 11 de nov. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BUENO, J. G. da S. **Crianças com necessidades educacionais especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira da Educação Especial. Piracicaba: UNIMEP, v.3, n.5, 1999.

CARVALHO, Joscilde Benícia dos Santos Carvalho. **A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso na escola classe nº 64 de Ceilândia Sul – Brasília/DF**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB. Brasília, 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

_____. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús e colaboradores. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de Desenvolvimento e necessidades Educativas Especiais**. Editora: Artmet, 2ª. ed. Volume 3, 2004.

CORCINI, Marli Aparecida Casprov; CASAGRANDE, Rosana de. **Educação especial e sua trajetória histórico-política: uma abordagem por meio de grupos de discussão**. 2017. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf. Acesso em 13 de nov. 2023.

FERREIRA, J. R. **Políticas e práticas de educação inclusiva** IN GÓES, Maria Cecília. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2006.

MARTINS, S, M. **O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização**

MAZZOTTA, M. J. S. **Políticas de educação especial no Brasil**: da assistência aos deficientes à educação escolar. São Paulo: Pioneira, 2005.

PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença**: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **A formação de professores nos cursos de licenciatura**: um estudo de caso sobre o curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Belo Horizonte. Dissertação de mestrado 285 f. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1996, 285 p.

PEREIRA, Nicole Ferreira. **A importância da formação docente para a educação inclusiva**: perspectivas de profissionais da educação da rede municipal de São Francisco do Conde – BA. 2023. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3555/1/2023_arti_nicole_pereira.pdf>. Acesso em 14 de nov. 2023.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva**: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar, n. 33, p. 143-156. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. **A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional**. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Claudia Araújo de. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão**. Revista de Educação da Universidade Federal do Pernambuco, Caruaru, Brasil, v.3, n.5, 2017.

ROMERO, Ana Paula Hamerski. **Análise da política pública brasileira par a educação especial na década de 1990**: configuração do atendimento e atuação do terceiro setor. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Estadual de Maringá, 2006.

ROSA, Kaira Barbosa da; PAPI, Silmara de Oliveira Gomes. **Os professores e os desafios da inclusão de alunos com deficiência no ensino comum**. 2017. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24453_11921.pdf>. Acesso em 29 de out. 2023.

SANTOS, Maria do Socorro dos; AURELIANO, Francisca Edilma Braga Soares. **Aspectos Históricos e conceituais da Educação Inclusiva**: uma análise da perspectiva dos professores do ensino fundamental. Espaço do Currículo, v.4, n.2, set. 2011, p. 295 - 309. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/12344/7120>>. Acesso em 14 de nov. 2023.

TAHAN, Adalgisa Pires Falcão. A universalidade dos direitos humanos. In: **Estudos e debates em Direitos Humanos**. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; CAMPELO (COORD), Livia Gaigher Bósio (ORG). São Paulo: Letras Jurídicas, v. 2, 2012.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Diretrizes e desafios na Formação Inicial e Continuada de Professores para a inclusão escolar.** Anais do IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, UNESP, 2007. Disponível em <www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>. Acesso em 15 de nov. 2023.